

PETROGAL BRASIL S.A. CNPJ nº 03.571.723/0001-39				PETROGAL BRASIL S.A. CNPJ nº 03.571.723/0001-39			
Balancete Patrimonial para os exercícios findos em 31 de dezembro 2021 e 31 de dezembro de 2020 - Valores expressos em milhares de Reais - R\$				DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020 - Valores expressos em milhares de Reais - R\$			
	Notas Explicativas	2021	2020		Notas Explicativas	2021	2020
<b>ATIVO</b>				<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
<b>CIRCULANTE:</b>				<b>CIRCULANTE:</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	622.004	844.554	Fornecedores	11	492.223	290.479
Contas a receber	5	1.458.049	534.064	Responsabilidade por locações	10	510.029	467.177
Estoques	6	890.074	1.136.071	Salários e provisões		8.612	5.187
Tributos a recuperar	7	89.164	149.958	Obrigações tributárias	12	1.130.212	435.862
Adiantamentos		498	997	Contas entre companhias	16,3	74.115	
Despesas antecipadas a apropriar		36.336	2.129	Provisões de serviços	13	363.078	304.888
Outros créditos	14	42.280	36.891	Empréstimos de partes relacionadas - Juros	16,2	125.556	139.256
<b>TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>3.138.405</b>	<b>2.704.665</b>	Empréstimos de estoques pelos parceiros	6	385.092	130.957
<b>NÃO CIRCULANTE:</b>				Outros credores		18.872	81.103
Clientes	5	-	2.762	<b>TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>3.107.786</b>	<b>1.854.907</b>
Tributos a recuperar	7	1.088	99.693	Empréstimos de partes relacionadas	16,2	5.329.378	6.028.172
Outros créditos	14	524.394	289.577	Provisão para abandono de blocos	17	2.164.323	1.905.555
Investimentos societários		56	-	Passivo fiscal diferido	15	2.489.966	1.607.866
Imobilização	8	18.580.917	16.642.325	Responsabilidade por locações	10	3.603.953	3.396.782
Direitos de uso	10	3.601.930	3.477.597	Provisão para contingências	18	639.766	334.559
Intangível	9	2.603.189	1.995.432	<b>TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>14.227.386</b>	<b>13.272.934</b>
<b>TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>25.311.575</b>	<b>22.507.387</b>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO:</b>			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>28.449.980</b>	<b>25.212.053</b>	Reserva de lucros	19	91.480	91.480
				Reserva de capital	19	7.373.711	7.373.711
				Reserva de lucros	19	368.958	109.092
				Ajustes acumulados de conversão	19	3.280.659	2.509.929
				<b>TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>11.114.808</b>	<b>10.084.212</b>
				<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>28.449.980</b>	<b>25.212.053</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020			
Valores expressos em milhares de Reais - R\$			
	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros
Saldo em 1 de janeiro de 2020	91.480	7.373.711	1.670.073
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício	-	-	(244.981)
Dividendos e Juros sobre capital próprio	-	-	(1.216.000)
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>91.480</b>	<b>7.373.711</b>	<b>109.092</b>
Saldo em 1 de janeiro de 2021	91.480	7.373.711	109.092
Lucro líquido do exercício	-	-	2.861.726
Dividendos e Juros sobre capital próprio	-	-	(2.601.860)
Ajustes de conversão do exercício	-	-	770.730
<b>Saldo em 31 de dezembro 2021</b>	<b>91.480</b>	<b>7.373.711</b>	<b>368.958</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021			
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma			
<b>1. CONTEXTO OPERACIONAL</b>			
A Petrogal Brasil S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, detida pela Petrogal Brasil BV e pela Winland International Petroleum Sarl, tendo por objeto social a pesquisa e exploração e produção de petróleo bruto e gás natural, bem como quaisquer outras atividades comerciais, industriais, de investigação e prestação de serviços relacionados a essas atividades. A Companhia foi constituída em 23 de dezembro de 1999, tendo como finalidade principal a participação nos processos de licitação em realização pela Agência Nacional de Petróleo - ANP, para obtenção de concessão do direito de pesquisa, desenvolvimento e produção de bacias de petróleo bruto e gás natural. Em 2020, foram firmados os Acordos de Equalização de Custos e Volumes (AE-GVs) relativamente às jazidas compartilhadas de Tupi, Atapu e Sépia entre as partes. No que se refere a Sépia, referente à licença BM-S-24, a aprovação do AIP foi efetiva a partir de 1 de setembro de 2019. Com este processo de utilização, a participação da Galp, através da sua subsidiária Petrogal Brasil, ficou em 2,414% sobre a área do Sépia Unificado (Contrato de Concessão BM-S-24 + Cessão Onerosa). No caso de Atapu, cuja acumulação se estende para além dos limites da licença BM-S-11A, a aprovação do AIP (Acordo de Individualização da Produção) foi efetiva a partir de 1 de setembro de 2019. Com este processo de utilização, a participação da Galp, através da sua subsidiária Petrogal Brasil, ficou em 1,703% sobre a área do Atapu Unificado (contrato de Concessão BM-S-11A + Cessão Onerosa + Área não contratada). É de notar que o BM-S-11A contém ainda duas acumulações adicionais: Berbigão e Sururu, também sujeitas a processos de utilização. Contudo, os AIP's submetidos à ANP em 2018 ainda estão pendentes de aprovação do órgão regulador. Os processos de utilização dão origem a equalizações entre os participantes de cada área licenciada, baseadas nos gastos e investimento incorridos no passado pelos parceiros, considerando a sua participação original, e os resultados operacionais decorrentes de produção de hidrocarbonetos recebidos. Em Agosto de 2021, a FPSO Catarina foi afreada à produção na produção no campo de Sépia, prevendo o projeto a ligação de sete poços			
<b>2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b>			
As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os pronunciamentos técnicos, as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e que corresponsam às utilizadas por ela na sua gestão. As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em milhares de Reais (Unid: milhares de R\$), arredondados ao milhar mais próximo exceto se expresso em contrário. Deste modo, os subtotais e totais das tabelas apresentadas nestas demonstrações financeiras e notas explicativas podem não ser iguais à soma dos valores apresentados, devido a arredondamentos. Impactos da pandemia de COVID-19: A 11 de março de 2020, o vírus COVID-19 foi declarado um risco à Organização Mundial de Saúde (OMS). O isolamento social profilático foi posto em prática em diversos países, o que contribuiu para o abrandamento da economia global, bem como a uma redução da procura do petróleo e seus derivados, nomeadamente nos principais mercados onde a Galp opera. Ao longo de 2021, as medidas profiláticas adotadas pela sociedade em geral e pela Companhia, adicionado com o avanço da vacinação, contribuiu para mitigar possíveis impactos negativos nas suas operações. Adicionalmente, no ano de 2021 a Companhia teve um aumento na produção de petróleo e o Brent atingiu valores satisfatórios. Com base na avaliação acima, em 31 de dezembro de 2021 e até a data de emissão dessas demonstrações contábeis, não foram identificados impactos significativos aos negócios da Companhia que pudessem requerer divulgação ou alteração nas premissas contábeis utilizadas nas estimativas efetuadas pela Companhia. Por fim, a Administração da Galp acredita que possui recursos adequados para continuar as suas operações a longo prazo, e como tal, o princípio da continuidade é aplicada na preparação das demonstrações financeiras.			
<b>3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS</b>			
As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia na elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes: a) Moeda funcional e conversão de moedas estrangeiras: A Administração da Companhia em 1 de janeiro de 2020, alterou a sua "Moeda Funcional", do Real (R\$) para o Dólar Americano (\$) ou USD). A mudança de moeda funcional advém da conclusão de que o Dólar Americano passa a predominar no ambiente macroeconômico que a Petrogal Brasil opera. Todas as transações do ano de 2021, bem como saldos de 1 de janeiro de 2021 foram convertidos para USD. Adicionalmente, a Petrogal Brasil também alterou a moeda de apresentação de R\$ para USD em suas demonstrações financeiras. Para efeitos de comparativos a Empresa converteu as demonstrações financeiras utilizando os seguintes câmbios:			
	31 de dezembro 2021	31 de dezembro de 2020	
\$/R\$ spot	5,58050	5,19670	
\$/R\$ médio	5,39556	5,15777	
As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo for determinado. As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado no período em que ocorrerem. As variações cambiais decorrentes de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira relacionados a ativos em construção para uso produtivo futuro, são incluídos no custo desses ativos, na medida que sejam consideradas como ajustes, para mais ou menos, do custo dos juros, sendo-lhe imputados na proporção dos gastos totais incorridos naqueles investimentos, até à entrada em funcionamento dos mesmos. As variações cambiais incluídas nos ativos são amortizadas de acordo com o período de vida útil dos bens respectivos. b) Caixa e equivalentes de caixa: O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins, e incluem caixa e contas bancárias. A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como caixa e equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. c) Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juro efetiva menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa. Uma provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber. A Administração avalia o risco de crédito de seus recebíveis com base nos eventos históricos e projeções futuras. Tal avaliação aponta um impacto mínimo nos negócios da Companhia, pois as receitas aferidas pela Petrogal Brasil majoritariamente são realizadas com carta conforto ou garantias, para empresas do grupo ou para grandes empresas da indústria. A avaliação de risco de crédito das operações de venda da Companhia em 31 de dezembro de 2021 é 0,5738%. d) Estoques: Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso			

produtores e de quatro injetores. Durante o ano de 2021, o consórcio decidiu desenvolver o campo de Bacalhau, na Bacia de Santos, tendo o plano de desenvolvimento sido aprovado pela ANP em março. Este campo está situado em duas licenças, AIP-S-8 e Norte de Carcará. No início do ano, o consórcio submeteu à ANP o AIP com o intuito de utilizar as áreas do projeto de Bacalhau, tendo o mesmo sido aprovado em dezembro. No final do ano, o consórcio BM-S-11 submeteu à ANP um Plano de Desenvolvimento Integrado atualizado dos campos de Tupi e Iracema, situados no pré-sal brasileiro. Este plano inclui um conjunto de ações que visam maximizar a criação de valor de seus campos, encontrando-se em aprovação pela ANP. Em 2021, mediante a aprovação da ANP, a Companhia vendeu à 3R Petroleum a sua participação de 50% no campo de Sanhaçu (POT-T-32), tendo sido apurado um ganho de R\$ 17 milhões. Adicionalmente, também na sequência da aprovação da ANP, foi concluída a venda à Ubuntu da participação de 50% detida pela Companhia como operadora do campo de Do-Re-Mi (SEAL-T-412N), operação da qual resultou um ganho de R\$ 62 mil. A Companhia reconheceu um ganho total no valor de R\$ 305 milhões relativos à venda de valor de do consequente abate dos blocos POT-M-16 e POT-M-17, respectivamente, ambos localizados na Bacia de Potiguar. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, encontravam-se em produção o Tupi Pilot (Cidade Angra dos Reis), o Tupi Nordeste (Cidade Paraty), Iracema Sul (Cidade de Mangaratiba), Iracema Norte (Cidade Itaguaí), Tupi Alto (Cidade de Maricá), Tupi Central (Cidade de Saquarema), Tupi Sul (P66), Tupi Extremo Sul (P69), Tupi Norte (S67), Berbigão-Sururu (P68) e Atapu (P70) do projeto BM-S-11 e campo de Sépia. A Companhia mantém em andamento os trabalhos de pesquisa, tendo em vista que o início de suas operações está vinculado ao êxito na produção das áreas de concessão adquiridas. A fase de produção de cada campo começa na data de entrega da declaração de comercialidade à Agência Nacional de Petróleo - ANP, e terá a duração de 27 anos, sendo esse prazo passível de renovação mediante aprovação desta entidade. Os gastos incorridos serão amortizados a partir da inicialização das operações comerciais dos campos, durante o período de concessão. Os blocos que a Companhia tem em seu portfólio na data de 31 de dezembro de 2021 são os seguintes:

Blocos	Bacia	Projeto	Tipo de contrato
BM-S-11	Santos	Tupi	Concessão
BM-S-11	Santos	Iracema	Concessão
BM-S-11A	Santos	Berbigão	Concessão
BM-S-11A	Santos	Sururu	Concessão
BM-S-11A	Santos	Atapu	Concessão
BM-S-8	Santos	Bacalhau	Concessão
Bacalhau Norte	Santos	Bacalhau Norte	PSC
Uirapuru	Santos	-	Concessão
Sépia	Santos	Sépia	Concessão
BM-S-24	Santos	Júpiter	Concessão
C-M-791	Campos	-	Concessão
BM-PEPB-783/839	Pernambuco-Paraliba	-	Concessão
Gasoduto Cabiúnas	Santos	Cabiúnas	n.a.

normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. Caso não seja possível apurar o custo específico de produção, a Companhia valoriza seus estoques, de óleo, pelo valor realizável no mercado, ajustado pelos seguintes critérios. • No caso em que a Companhia tenha efetuado alívios abaixo da sua quota de produção ("Underlifting") e as respectivas quantidades tenham sido emprestadas a outros parceiros da Concessão, estas são valorizadas ao preço de mercado (preço acordado entre as partes ao abrigo do Contrato de Mútuo assinado entre os parceiros) e registradas no passivo circulante como uma conta a pagar na rubrica de outros credores. • Todo o final de mês é anulado o movimento do mês anterior e revisado os novos montantes de estoque da Companhia. O estoque em poder de terceiros por conta do Underlifting é anulado no mês em que a Companhia volta a efetuar levantamentos em excesso face à sua quota de produção. • No caso em que a Companhia tenha efetuado levantamentos em excesso face à sua quota de produção ("Overlifting"), as respectivas quantidades são valorizadas ao preço da licitação de Nota Fiscal de venda emitida pela Companhia e registradas no passivo circulante como uma conta a pagar na rubrica de outros credores. • Todo o final de mês é anulado o movimento do mês anterior e revisado os novos montantes de estoque da Companhia e de contas a pagar por conta do Overlifting. A Companhia considera que na substância sobre a forma o Contrato de Mútuo assinado entre os parceiros não está sujeito ao risco de preço, dado a operação ser para uso próprio dos parceiros na Concessão e a liquidação dos saldos de "Under" e "Overlifting" ser efetuado em produto físico (metros cúbicos de óleo). A Companhia classifica os materiais adquiridos para a construção dos poços nos blocos onde esta é operadora, na rubrica almoxarifado, uma vez que estes materiais adquiridos se destinam exclusivamente para a construção dos bens em andamento, no montante de R\$ 4.563 (Nota 8), e Tributos a recuperar: São representados por créditos oriundos, principalmente, de transações de compra de ativo imobilizado e estão apresentados ao custo, que não excede ao valor de realização. f) Imobilizado: Móveis e utensílios, equipamento de processamento eletrônico de dados, máquinas e aparelhos e veículos estão demonstrados ao custo de aquisição, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. O custo de aquisição inclui o preço da nota fiscal, as despesas de transporte e montagem. O custo de aquisição inclui também os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Imobilizações em andamento refletem ativos ainda em fase de construção, encontrando-se registrados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por redução ao valor recuperável, sendo depreciados a partir do momento em que os projetos de investimentos estejam concluídos e prontos para uso e limitados ao período de concessão relativa aos blocos. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente depreciado (exceto para construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. As taxas de depreciação e de amortização anuais são as seguintes, considerando sua utilização normal de um turno de trabalho: • Móveis e utensílios: 10%; • Equipamento de processamento eletrônico de dados: 20%; • Beneficiárias: anos de vigência do contrato de aluguel: 20%; • Máquinas, aparelhos e equipamentos: 10%. Não foram avaliadas novas taxas de depreciação dos itens acima, decorrente da avaliação da vida útil dos bens devido ao impacto, pelo opinião da Administração, ter sido considerado material nas demonstrações financeiras. Atividade de exploração e produção petrolífera: Na atividade de Exploração e Produção existem diversos métodos e variantes desses métodos que podem ser aplicados. A Companhia adota as políticas que considera que melhor refletem os dispêndios efetuados nesta atividade. Estas políticas baseiam-se nas práticas contábeis adotadas no Brasil, que se assemelham às IFRS aplicáveis ao setor. Desde o ano de 2018 que a Empresa passou a reconhecer como custo de exploração todos os relacionados com pesquisa, ou seja, dispêndios relacionados com estudos de geologia e geofísica (G&G) e gastos gerais e administrativos (G&A), bem como os dispêndios relacionados com G&A na fase de produção. Os restantes dispêndios na fase de exploração, nomeadamente poços exploratórios, são capitalizados em ativos em curso, sendo sujeitos a testes de imparidade periódicos reconhecendo poços secos como custo do exercício. Os ativos tangíveis relacionados com a atividade de exploração e produção petrolífera encontram-se registrados ao custo de aquisição e correspondem, essencialmente, a despesas incorridas com a pesquisa e desenvolvimento da área de exploração ("campo"). Quando o campo inicia a sua produção, estas despesas são transferidas de imobilizado em curso obras em andamento para imobilizado fixo, e são amortizadas com base na taxa de amortização de acordo com o método da unidade de produção ("UOP"), tendo em consideração a natureza das despesas. As despesas de pesquisa e desenvolvimento são depreciadas, a partir do início da produção, de acordo com o coeficiente calculado pela proporção de volume de produção verificado em cada período de amortização sobre o volume de reservas prováveis desenvolvidas ("proved developed reserves") determinadas no final desse período, adicionadas da produção da



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pelo Monitor Mercantil em seu site. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://monitormercantil.com.br/caderno-digital>



**PETROGAL BRASIL S.A.**  
CNPJ nº 03.571.723/0001-39

(v) Preço de referência do Barril de Brent; (vi) Taxa de câmbio; (vii) Mecanismos de tributação do Bloco. O período de projeção de fluxos de caixa é igual ao da recuperação das reservas e recursos, limitado ao período dos contratos de concessão, quando aplicável. A informação constante nas alíneas: • (i) é determinada por especialistas independentes para a quantificação das reservas petrolíferas exploradas. Estes especialistas independentes são externos quer à Companhia quer à parceria nos blocos; • (ii), (iii), (iv) e (vii) é determinada internamente pela Companhia ou, sempre que disponível, através de informação facultada pelo Operador de cada Bloco, nomeadamente, a que decorre dos planos de desenvolvimento aprovados, ajustados de acordo com a expectativa da Companhia e da informação legal disponibilizada; e • (v) e (vi) é a que consta do orçamento do plano para cinco anos da Companhia e constante após esse período. i) **Reconhecimento de receita:** A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber. A receita dos custos de produção associados aos Testes de Longa Duração (TLD) são registrados em resultados quando se entende que os ativos estão prontos para uso e os testes apenas se destinam a testar os métodos/perfis mais adequados para a produção. **Venda de produtos:** • A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas; • A Companhia transferiu ao comprador o risco e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos; • A Companhia não mantém envolvimento contínuo na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos; • O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; e • É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia; e • Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade. A receita de venda de produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e a titularidade legal é transferida. Na atividade de E&P o reconhecimento da receita depende da modalidade de venda. Na modalidade FOB (Free On Board) a receita é reconhecida no momento em que o óleo é transferido para o navio do comprador e é emitido o "Bill of lading". Na modalidade DAP (Delivered At Place) a receita é reconhecida quando da entrega no destino indicado. j) **Custos de empréstimos:** Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo dos tais ativos até a data em que estejam prontos para uso ou a venda pretendida. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período em que são incorridos. k) **Provisão para imposto de renda da pessoa jurídica:** É constituída a alíquota de 15% sobre o lucro fiscal apurado no exercício, acrescido do adicional (10%) do imposto de renda, conforme legislação em vigor. l) **Provisão para contribuição social sobre o lucro líquido:** É constituída a alíquota de 9% sobre o lucro fiscal apurado no exercício, conforme legislação em vigor. m) **Tributos diferidos:** Os tributos diferidos são calculados através das diferenças temporárias no final de cada mês de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados mensalmente e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias ou da utilização dos prejuízos acumulados. Os ativos por tributos diferidos são registrados unicamente em demonstrações de balanço razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizá-los, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. A recuperação do saldo do ativo por tributo diferido é revisada no final de cada período mês e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado (Nota 15). n) **Interpretações:** A preparação de demonstrações financeiras requer a aplicação de práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia, baseada em estimativas, faça o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras são referidas nos registros de efeitos decorrentes da depreciação e da amortização calculadas, valor recuperável dos ativos, provisões e impostos diferidos. o) **Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03. p) **Lucro líquido por ação:** Calculado com base na quantidade média ponderada das ações disponíveis nos finais dos exercícios. Não existem ações com efeitos diluidores. q) **Instrumentos financeiros:** Em atendimento ao CPC 48, a Companhia efetuou avaliação de seus instrumentos financeiros. **Considerações gerais:** Os ativos e passivos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias: (i) ativos financeiros ao justo valor por rendimento integral que refletem ativos financeiros com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor; (ii) os montantes recebíveis e exigíveis compreendem as contas a receber de clientes, a pagar a fornecedores e empréstimos e que são ativos/passivos financeiros não derivativos com recebimentos/pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo/passivo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos/passivos não circulantes), quando houver. Os recebíveis e os exigíveis da Companhia compreendem contas a receber de clientes, a pagar a fornecedores e demais contas a receber e a pagar. A classificação depende da finalidade com a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados. A Administração da Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros no momento inicial da contratação, no **Grupos de Riscos Financeiros:** Principais fatores de risco da Companhia: a) **Riscos de Mercado:** Os preços do petróleo e do gás natural são afetados pela oferta e pela procura que, por seu lado, podem ser condicionadas por questões operacionais, desastres naturais, condições climáticas, instabilidade e conflitos políticos, circunstâncias econômicas e as ações dos principais países exportadores de petróleo. Uma queda do preço do petróleo ou do gás natural pode ter um efeito negativo substancial, já que dificulta a recuperação econômica das reservas descobertas e diminui os preços realizados com a produção, podendo inviabilizar projetos planejados ou em desenvolvimento. b) **Risco da atividade:** A continuidade das operações está vinculada ao sucesso na exploração de campos de gás e de petróleo, conforme concessões obtidas descritas na Nota 1. c) **Risco de taxa de juros:** Risco da Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos captados junto às partes relacionadas. Os equivalentes de caixa são mantidos em depósitos remunerados pelo CDI. O risco de taxa de juros vinculados aos ativos decorre da possibilidade de ocorrerem flutuações nas taxas de juros dos passivos financeiros da Companhia são partes relacionadas (Nota 16.2), empréstimos tomados da Galp Sinopec Brazil Services B.V., alguns com juros à taxa Libor a 6 meses acrescido de spread ou com vencimentos com juros à taxa de 4% a.a. a 6 meses acrescidos de spread. d) **Risco de liquidez:** O risco de liquidez é definido como o montante pelo qual os lucros e/ou "cash-flows" do negócio são afetados em resultado da maior ou menor dificuldade da Companhia em obter os recursos financeiros necessários para fazer face aos seus compromissos de exploração e investimento. O Grupo Galp Energia financia-se através dos "cash-flows" gerados pela sua atividade e adicionalmente mantêm um perfil diversificado nos financiamentos. O Grupo tem acesso a facilidades de crédito (plafond), montantes que não utiliza na totalidade, mas que se encontram à sua disposição. Essas facilidades de crédito podem cobrir todos os empréstimos que são exigíveis a 12 meses, onde se incluem os investimentos da Petrogal Brasil. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha cash suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de reembolso dos empréstimos de partes relacionadas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais. Na data do balanço, o Grupo mantém na caixa e equivalentes de caixa R\$ 622.004 para administrar o risco de liquidez. Os empréstimos da Galp Sinopec Brazil Services B.V. são concedidos na divisa (moeda) em USD, com vencimentos com juros à taxa Libor a 6 meses acrescido de spread ou com vencimentos com juros à taxa de 4% a.a., ambos acrescidos de spread. e) **Risco cambial:** A Companhia está sujeita ao risco de moeda nas operações negociadas em uma moeda diferente da sua moeda funcional. A moeda na qual essas operações, em moeda diferente da moeda funcional, são normalmente denominadas em reais (R\$). A Companhia não se utiliza de instrumentos financeiros para se proteger do risco de moeda, tais como a contratação de operações de hedge, devido a sua administração entender que esse risco não é significativo. A administração da Companhia adota o procedimento de avaliar periodicamente as flutuações nas taxas de câmbio, visando minimizar eventuais riscos. A exposição a qual a Companhia está exposta, está demonstrada na Nota 26. s) **Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em tais estimativas, a Companhia faz estimativas contábeis ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. a) **Perda (imparidade) de imobilizado (atividade de exploração e produção petrolífera):** Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (imparidade) no imobilizado, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 3.h). Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas. b) **Provisões para abandono dos blocos:** As provisões para custos de abandono e desmantelamento, que surgem principalmente associadas a instalações de produção de hidrocarbonetos e oleodutos, são mensuradas com base nos requisitos, tecnologia e níveis de preços atuais, o valor presente é calculado com base em valores descontados e considerando a vida útil econômica dos bens. O passivo é reconhecido juntamente com o valor correspondente ao ativo tangível em questão) sempre que exista uma obrigação legal ou construtiva de desmantelar um ativo, restaurar o local em que o mesmo está localizado e quando uma estimativa razoável possa ser efetuada. Os efeitos das alterações decorrentes de revisões no prazo ou no valor da estimativa original da provisão são refletidos prospectivamente, ajustando o valor contábilístico do ativo tangível relacionado. No entanto, quando não há ativo relacionado, ou a alteração implica um valor contábilístico nulo, o efeito, ou o valor excedente da redução do ativo relacionado, é reconhecido na demonstração de resultados. A Companhia revê regularmente os seus ativos para determinar quaisquer alterações nos factos e circunstâncias que possam resultar no reconhecimento de uma provisão para desmantelamento e restauração. c) **Imposto de renda, contribuição social e outros impostos:** A Companhia está sujeita ao imposto sobre a renda, sendo necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda. Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos foram devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado. d) **Reservas de petróleo bruto:** As estimativas das reservas de petróleo bruto são uma parte integrante do processo de tomada de decisões relativamente aos ativos da atividade de exploração e desenvolvimento de petróleo bruto, suportando o reconhecimento do desenvolvimento ou a implementação de técnicas de recuperação secundária. O volume de reservas provadas desenvolvidas de petróleo bruto é utilizado para o cálculo da depreciação dos

ativos afetados à atividade de exploração e produção petrolífera de acordo com o método da UOP, sendo que o volume de reservas prováveis e recursos contingentes e prospectivos são utilizados, dependendo da fase de prospeção que se encontram, nas avaliações de imparidade nos investimentos em ativos associados a essa atividade. A estimativa das reservas provadas desenvolvidas de petróleo bruto é também utilizada para o reconhecimento anual dos custos como abandono de áreas desenvolvidas. A estimativa das reservas provadas desenvolvidas está sujeita a revisões futuras, com base em nova informação disponível, por exemplo, relativamente às atividades de desenvolvimento, perfuração ou produção, taxas de câmbio, preços, datas de fim de contrato ou planos de desenvolvimento. Os volumes de petróleo bruto produzidos e o custo dos ativos são conhecidos, enquanto que as reservas provadas desenvolvidas têm uma alta probabilidade de recuperação e se baseiam em estimativas sujeitas a alguns ajustamentos. O impacto nas amortizações e provisões para custos de abandono de variações nas reservas provadas desenvolvidas estimadas é tratado de forma prospectiva, amortizando o valor líquido remanescente dos ativos e reforçando a provisão para custos de abandono, respetivamente, em função da produção futura prevista. e) **Contingências:** A Companhia reconhece provisões para contingências quando existe uma obrigação presente (legal, contratual ou construtiva) resultante de um evento passado e que seja provável que a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço patrimonial e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. i) **Investimento Societário:** Devido a avaliação da Administração em manter seus investimentos societários existentes, a mensuração desta participação societária é feita a valor justo, e por esse investimento ser em empresas de capital fechado, ou seja, sem cotação em bolsa, e feito através de equivalência patrimonial. A Companhia não efetuou a consolidação das Demonstrações Financeiras de sua participação societária, uma vez que a Galp Energia SGPS, S.A., consolida todas as empresas do Grupo. ii) **Locações (CPC 06 (R2)) - IFRS 16: Reconhecimento:** A Empresa reconhece um direito de uso de um ativo e um passivo de locação na data de início do contrato de arrendamento. O direito de uso do ativo é inicialmente mensurado ao custo, que compreende o valor inicial da responsabilidade de locação ajustada por quaisquer pagamentos de locação feitos em ou antes da data de início, além de quaisquer custos direitos iniciais incorridos, assim como uma estimativa dos custos de desmantelamento e remoção do ativo subjacente (caso aplicável), deduzido de qualquer incentivo concedido. A responsabilidade da locação é inicialmente reconhecida pelo valor presente das rendas ainda não pagas à data do contrato de locação, descontando os juros a uma taxa de juro implícita na locação ou no caso em que não seja possível determinar esta taxa facilmente, utilizando a taxa de juro incremental da Empresa. Em geral, a Empresa utiliza a sua taxa de juro incremental como a taxa de desconto a aplicar. Pagamentos de locação incluídos na mensuração do passivo de locação incluem o seguinte: • pagamentos fixos, deduzidos de quaisquer incentivos já recebidos; • pagamentos de locação variável, dependentes de uma determinada taxa de índice de montantes que sejam devidos ao abrigo de uma garantia do valor residual; • preço de exercício da opção de compra, se for razoavelmente certo que o locatário exercerá a opção; e • pagamento de penalidades pelo término do contrato, se for razoavelmente certo que o locatário cancele o contrato. A responsabilidade por locações é remensurada quando se verificam alterações nos pagamentos futuros derivados de uma alteração da taxa ou índice ou taxa, se ocorrer uma alteração na estimativa de pagamentos que deverá ser pago sob uma garantia de valor residual, ou caso a Empresa altere a sua avaliação acerca da opção de exercício de compra, sua extensão ou rescisão. Quando a responsabilidade por locações é remensurada, o valor do direito de uso é também ajustado, ou é registado um lucro ou prejuízo na demonstração de resultados, se a quantia escriturada do ativo do direito de uso já se encontrava reconhecida a zero. A Empresa apresenta os direitos de uso de ativos e as responsabilidades por locações em rubricas devidamente segregadas na demonstração consolidada da posição financeira. **Locações financeiras de curto prazo ou locações de ativos de baixo valor:** A Empresa não reconhece como direitos de uso de ativos ou responsabilidades de locações, contratos de locação de duração inferior a 12 meses ou locações de baixo valor. A Empresa reconhece os direitos de uso de ativos associados a estas locações, como um custo do exercício durante o período de vida dos contratos. **Amortização:** O direito de uso do ativo é depreciado utilizando o método de depreciação linear, com base no mais baixo de entre a vida útil do ativo do direito de uso ou o fim do prazo da locação. A vida útil estimada dos ativos do direito de uso é determinada na mesma base que para os restantes ativos tangíveis. **Imparidades:** O direito de uso do ativo é periodicamente reduzido por perdas de imparidade, e ajustado por certas variações da obrigação por locações associadas ao ativo. **Estimativas contábilísticas e julgamentos: Vidas úteis, valores residuais dos ativos e taxas de desconto:** O apuramento dos valores residuais dos ativos, estimativa das vidas úteis e taxas de desconto têm por base premissas dos contratos de locação (ou ativos similares) e são definidos de acordo com os julgamentos da Gestão, assim como as premissas de valor pelos peers do setor. **Imparidade dos Direitos de uso de Ativos:** Identificação de indicadores de imparidade, estimativa de fluxos de caixa futuros e determinação do justo valor dos ativos exige um elevado nível de julgamento da Gestão, em termos de identificação e avaliação dos indicadores de imparidade diferentes, nomeadamente o fluxo de caixa esperado, as taxas de desconto aplicáveis ao intervalo de valores residuais, o intervalo de taxas de desconto aplicáveis aos contratos de locação na Empresa varia entre 4.51% e 9.00%. vi) **Novos pronunciamentos contábeis adotados em 2021: Normas e interpretações publicadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade:** As normas IFRS aprovadas e publicadas nos Pronunciamentos Contábeis no Brasil com aplicação no exercício de 2021 são resumidamente apresentadas no quadro abaixo:

Pronunciamentos Contábeis	Data da publicação pelo CPC	Data de aplicação contábil	Exercício econômico em que se aplica	Observações
Alteração à CPC 06 Locações (IFRS 16): Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19 após 30 de junho de 2021. (Revisão 18 CPC)	27/07/2021	11/06/2021	2021	Sem impacto previsível.
Alterações à CPC 48 (IFRS 9), IAS 39, CPC 40 (IFRS 7), CPC 11 (IFRS 4) e CPC 06 (IFRS 16): Reforma das taxas de juro de referência - Fase 2 (emitida a 27 de agosto de 2020) (Revisão 17 CPC)	19/02/2021	11/02/2021	2021	Sem impactos contábilísticos relevantes.
Alteração à CPC 06 (IFRS 4) Opções de seguro: redução temporária de aplicação da norma CPC 48 (IFRS 9) (Revisão 17 CPC)	19/02/2021	11/02/2021	2021	Não aplicável.

**8. IMOBILIZADO**

Durante o exercício de 2021, o movimento ocorrido nas rubricas do ativo imobilizado foi o seguinte:

Unid: milhares de R\$	Construções em andamento										Subtotal de Ativos Tangíveis
	Almoxarifado	Bacia Santos	Cabiúnas	Potiguar	Bacia Pernambuco	Amazônia	Bacia Campos	Sergipe	Juros de empréstimos	PIS / Cofins	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	4.251	4.428.264	691	215.107	(3.128)	(1.585)	792.819	396.742	5.833.107	2.454.230	6.299.259
Adições	-	3.086.296	725	1.065	107	4.969	13.266	-	252.039	-	2.454.230
Imparidades	-	9.562	-	(221.876)	(107)	-	45.471	-	(83.529)	-	(250.479)
Baixas e provisões para perdas de imobilizado	-	-	-	(9.790)	-	-	(43.768)	(1.364)	-	-	(54.922)
Regularizações e outros ajustamentos	-	2.004	-	(396)	-	(1.605)	-	-	-	-	(37.059)
Transferências	-	(2.687.322)	479	5	-	-	(292.799)	-	-	-	(2.980.596)
Conversão cambial	312	327.050	53	15.880	-	(237)	(118)	-	58.552	29.299	430.783
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	4.563	5.165.852	994	-	-	-	13.266	-	725.709	388.979	6.299.363
<b>em 31 de dezembro de 2021</b>	4.563	5.165.852	994	-	-	-	13.266	-	725.709	388.979	6.299.363

Unid: milhares de R\$	Bens em operação										Subtotal de Ativos Tangíveis
	Subtotal de Ativos Tangíveis em Andamento	Bacia Santos	Cabiúnas	Potiguar	Bacia Pernambuco	Amazônia	Bacia Campos	Sergipe	Juros de empréstimos	PIS / Cofins	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	5.833.160	17.195.979	449.468	51.349	400	2.011	7.359	11.635	1.181.501	24.732.862	24.732.862
Adições	3.358.460	38.192	20.277	(0)	-	572	310	-	-	3.417.811	
Imparidades	(250.479)	-	-	-	-	-	-	-	-	(250.479)	
Baixas e provisões para perdas de imobilizado	(54.922)	-	-	(55.135)	(432)	-	-	-	(10.818)	(121.307)	
Regularizações e outros ajustamentos	(37.059)	-	-	-	-	-	-	-	-	(37.059)	
Transferências	(2.980.596)	2.687.322	479	(5)	-	-	-	-	-	292.799	
Conversão cambial	430.798	1.270.003	33.197	3.790	32	147	541	862	87.261	1.826.631	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	6.299.363	21.191.496	503.421	-	-	-	2.730	8.210	12.497	1.550.744	29.568.460
<b>em 31 de dezembro de 2021</b>	6.299.363	21.191.496	503.421	-	-	-	2.730	8.210	12.497	1.550.744	29.568.460
Despesa de amortização	(7.589.490)	(107.301)	(43.813)	(307)	(374)	(4.137)	(7.488)	(337.625)	(8.090.537)	(8.090.537)	
Abates/venda	(10.278.190)	(140.167)	-	-	(861)	(5.467)	(8.651)	(554.166)	(10.997.543)	(10.997.543)	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	6.299.363	10.913.306	363.234	-	-	-	1.869	2.743	3.645	996.557	16.500.917

Durante o exercício de 2020, o movimento ocorrido nas rubricas do ativo imobilizado foi o seguinte:

Unid: milhares de R\$	Construções em andamento										Subtotal de Ativos Tangíveis
	Almoxarifado	Bacia Santos	Cabiúnas	Potiguar	Bacia Pernambuco	Amazônia	Bacia Campos	Sergipe	Juros de empréstimos	PIS / Cofins	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	3.286	4.404.636	29	379.973	735	-	(9.261)	1.193.526	325.334	6.298.259	
Adições	-	2.116.290	71	18.006	68	(3.128)	-	304.095	83	2.454.230	
Imparidades	-	(210.617)	-	(266.560)	(1.019)	-	50.299	(118.136)	-	(546.033)	
Baixas e provisões para perdas de imobilizado	-	-	-	-	-	-	(39.911)	-	-	(39.911)	
Regularizações e outros ajustamentos	-	63.930	-	577	(961)	-	-	-	-	(23.858)	
Transferências	-	(3.281.072)	-	(19.129)	816	-	-	(936.149)	(83)	(4.217.694)	
Conversão cambial	965	289.752	(29)	111.262	216	-	(2.712)	349.483	-	95.266	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	4.251	4.428.264	691	215.107	-	(3.128)	(1.585)	792.819	-	396.742	
<b>em 31 de dezembro de 2020</b>	4.251	4.428.264	691	215.107	-	(3.128)	(1.585)	792.819	-	396.742	



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pelo Monitor Mercantil em seu site. A autenticação deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://monitormercantil.com.br/caderno-digital>



**PETROGAL BRASIL S.A.**  
CNPJ nº 03.571.723/0001-39

As adições do exercício de 2021 constante na rubrica Construções em andamento - Bacía Santos, incluem R\$ 1.485.630, relativos às operações de nacionalização de ativos e imobilizado em andamento para operação dos projetos na bacía Santos e R\$ 1.600.664 relativos a novas aquisições para o desenvolvimento dos campos de Tupi, Cernambi e lara. Do montante de transferências constante na rubrica Bacía Santos (R\$ 2.087.322), refere-se à passagem para fixo de equipamentos nacionalizados e outros equipamentos vinculados aos poços conectados pertencentes a projeto BM-S-11, durante o exercício 2021 e equipamentos relacionados ao projeto BM-S-24 (Sépia) que entrou em operação neste exercício. As imparidades do exercício de 2021, no montante de R\$ 250.479, refere-se ao gasto total no valor de R\$ 305.405 relativos à devolução e saída, com o consequente abate dos blocos POT-M-16 e POT-M-17, respectivamente, ambos localizados na Bacía de Polígua, ao gasto incorrido na Bacía de Pernambuco, no valor de R\$ 107, e às reversões das imparidades na bacía Sergipe-Alagoas, relativo à venda do campo Dó-Ré-Mi, no valor de R\$ 45.471, e na bacía de Santos, relativo ao bloco Uirapuru, no valor de R\$ 9.562. Os juros de empréstimos são rateados pelos ativos em andamento, sendo pos-

teriormente amortizados juntamente com os ativos correspondentes. A Companhia continuou a desenvolver os grandes campos de Tupi, Iracema, lara e Sépia, no pré-sal da bacía de Santos, onde concluiu o ano com doze unidades a produzir, após a entrada em produção da FPSO Carioca. Os ativos tangíveis e intangíveis afetos à exploração e produção, foram sujeitos no final do ano de 2021 a uma análise de sensibilidade aos valores dos principais ativos, em função da flutuação do preço do Brent. Os preços do Brent, estimados, considerados nos testes de imparidade, foram os seguintes: \* 2022-2027: \$70/bbl, \$68/bbl, \$65/bbl, \$66/bbl, \$68/bbl, \$69/bbl, respectivamente. Para período após 2028 a projeção de Brent é de \$70/bbl. Baseado no resultado dos testes de imparidade, os benefícios futuros esperados dos ativos são mais elevados do que os estimados pela UGC para o Brasil. A taxa de desconto usada nos testes de imparidade reflete o risco específico dos ativos afetos à unidade de negócio do E&P, calculada na base do USD. Para a análise de sensibilidade efetuada para testar o impacto da volatilidade do preço do Brent no valor dos principais ativos do segmento E&P, foi considerado uma redução de \$ 5/bbl e \$ 10/bbl, ao descrito nesta nota, nos fluxos de caixa projetados sem que tenha verificado potenciais perdas de imparidade.

16.2. Empréstimos de partes relacionadas: Estão classificados na rubrica de passivo não circulante, os empréstimos e financiamentos obtidos junto à parte relacionada, Galp Sinopec Brazil Services B.V. conforme demonstramos abaixo:

Unid: milhares de R\$	2021		2020	
	Moe-da	Circu-lante	Não Circu-lante	Circu-lante
<b>Empréstimos de partes relacionadas</b>				
<b>Galp Sinopec Brazil Services B.V.</b>	<b>125.556</b>	<b>5.329.378</b>	<b>139.256</b>	<b>6.028.172</b>
- Capital em dívida	USD	5.329.378	-	6.028.172
- Juros a pagar	USD	125.556	-	139.256

Os empréstimos da Galp Sinopec Brazil Services B.V. são concedidos na divisa (moeda) em USD, com vencimentos com juros à taxa Libor a 6 meses acrescido de spread ou com vencimentos com juros à taxa de 4% a.a., ambos acrescidos de spread. Estes contratos de empréstimo não possuem garantias determinadas por tratar-se de partes relacionadas. Os empréstimos e financiamentos obtidos têm vencimento nos seguintes anos:

Unid: milhares de R\$	2021		2020	
	Ano de vencimento	5.329.378	1.116.100	1.039.340
2025			1.116.100	1.039.340
2026			1.534.638	3.637.690
2029			892.880	831.472
2030			558.050	519.670
2031			1.227.710	-

A evolução de capital, juros e diferenças de câmbio durante o exercício de 2021, está apresentada a seguir:

Unid: milhares de R\$	2021	
	Saldo Inicial	Saldo final
<b>Saldo Inicial</b>	<b>6.167.428</b>	<b>6.167.428</b>
Capital em dívida	6.028.172	139.256
Juros a pagar	-	(712.494)
<b>Movimento do ano</b>	<b>(1.144.151)</b>	<b>(1.144.151)</b>
Redução da dívida	-	(1.144.151)
Diferenças de câmbio na conversão	-	445.397
Reembolso de juros	-	(334.825)
Diferenças de câmbio na conversão	-	20.371
Juros do ano	-	300.754
<b>Saldo final</b>	<b>5.454.934</b>	<b>5.454.934</b>
Capital em dívida	5.329.378	125.556
Juros a pagar	-	-

16.3. Contas entre companhias: Durante 2021, foi deliberado o pagamento de juros sobre capital próprio aos seus acionistas no montante de R\$ 497.591 (R\$ 422.952 líquido de retenção na fonte de 15%), dos quais R\$ 87.194 (R\$ 74.115 líquido de retenção na fonte de 15%) serão liquidados no ano de 2022.

16.4. Despesa com a Diretoria Executiva: As despesas suportadas com os membros da diretoria executiva da Companhia (incluindo as remunerações indiretas) foram de R\$ 3.776 para 2021 (2020 - R\$ 4.464). A redução deve ao esforço da Companhia em reduzir seus gastos juntamente com a desvalorização do R\$ em relação a moeda funcional da Companhia (USD), pois a remuneração da diretoria executiva é incorrida em R\$. **17. Provisões para abandono dos blocos:** O saldo em 31 de dezembro de 2021 de provisões para abandono dos blocos é o seguinte:

Unid: milhares de R\$	2021		2020	
	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Ajustamentos
<b>Provisão para abandono de blocos</b>	<b>1.905.555</b>	<b>115.960</b>	<b>(1.834)</b>	<b>144.642</b>
Campo BMS11	1.776.229	80.559	-	133.942
Campo BMS11A	94.518	5.933	-	7.183
Campo Sanhaçu	1.767	(1.834)	-	67
Campo Sépia	33.041	9.863	-	2.778
Provisão Cabulinas	19.605	-	-	672

O aumento ocorrido nas provisões de abandono dos blocos durante o ano de 2021 está essencialmente relacionado com a inclusão na estimativa de abandono, poços que já se encontravam em construção, apesar de ainda não estarem a produzir. No decorrer do exercício em análise foi vendido o campo Sanhaçu, para o qual foi revertida a provisão de abandono. Adicionalmente, o início da produção do campo de Sépia está prevista para o terceiro trimestre de 2021, por isto foram constituídas provisões para abandono para os poços produtores perfurados até o momento. Foram considerados mais 3 poços produtores, dos quais 1 poço em Tupi, 1 em lara/Berbigão (P68)/Atapú (P70) e 1 em Sépia. A taxa de desconto utilizada é de 3%.

**18. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS**  
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de Provisão para contingências é constituída pelos seguintes itens:

Unid: milhares de R\$	2021		2020	
	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Ajustamentos
<b>Provisão para contingências</b>	<b>1.905.555</b>	<b>115.960</b>	<b>(1.834)</b>	<b>144.642</b>
Campo BMS11	1.776.229	80.559	-	133.942
Campo BMS11A	94.518	5.933	-	7.183
Campo Sanhaçu	1.767	(1.834)	-	67
Campo Sépia	33.041	9.863	-	2.778
Provisão Cabulinas	19.605	-	-	672

O aumento ocorrido nas provisões de abandono dos blocos durante o ano de 2021 está essencialmente relacionado com a inclusão na estimativa de abandono, poços que já se encontravam em construção, apesar de ainda não estarem a produzir. No decorrer do exercício em análise foi vendido o campo Sanhaçu, para o qual foi revertida a provisão de abandono. Adicionalmente, o início da produção do campo de Sépia está prevista para o terceiro trimestre de 2021, por isto foram constituídas provisões para abandono para os poços produtores perfurados até o momento. Foram considerados mais 3 poços produtores, dos quais 1 poço em Tupi, 1 em lara/Berbigão (P68)/Atapú (P70) e 1 em Sépia. A taxa de desconto utilizada é de 3%.

**19. CAPITAL SOCIAL E RESERVAS DE CAPITAL**  
O capital social da Companhia está demonstrado a seguir:

Unid: milhares de R\$	2021		2020	
	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Ajustamentos
<b>Capital social</b>	<b>9.147.970</b>	<b>6.403.579</b>	<b>0,01</b>	<b>91.480</b>
Petrogal Brasil BV	9.147.970	6.403.579	0,01	91.480
Windland Energy	-	-	-	64.036
Petroleum Sarl	2.744.391	-	0,01	27.444

No início de 2019, o Capital Social estava integralizado em sua totalidade. Já a Reserva de Capital no montante de R\$ 7.373.711, são relativos ao total de Reserva de Capital no montante de R\$ 7.973.055 com um saldo residual a integralizar no montante de R\$ 599.344 referente a deliberação aprovada pelos acionistas na data de 28 de novembro de 2017. Em 30 de julho de 2021, os acionistas aprovaram o cancelamento do montante de R\$ 599.344 relativo a Reserva de Capital, não integralizado até a data, devido sua financeira ser suficiente para cumprir seus compromissos futuros. Desta forma, no fim do exercício de 2021, a Reserva de Capital passa a ser de R\$ 7.373.711 totalmente integralizado.

**20. DIVIDENDOS**  
A política de distribuição de dividendos da Companhia determina que os lucros líquidos do exercício terão a seguinte destinação: • A parcela de cinco por cento será destinada à constituição da Reserva Legal que não exceda vinte por cento do capital social. Contudo, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não constituiu a reserva legal devido à sua reserva de capital exceder trinta por cento do capital social. • A Administração propôs a seguinte distribuição: • O montante de R\$ 2.104.269 distribuídos aos acionistas em forma de dividendos e o montante de R\$ 497.591 distribuído em forma de juros de capital próprio, dos quais o montante de R\$ 715.431 refere-se à distribuição mínima obrigatória e o montante de R\$ 1.886.429 refere-se à distribuição adicional; e • A transferência da parte restante, no montante de R\$ 259.866 para Reservas de Lucros. • Os dividendos a serem distribuídos pela Companhia seguem as determinações do seu Estatuto Social (Capítulo VIII - Artigos 31 a 41), o qual estabelece, entre outros, que sejam distribuídos para os acionistas da Companhia o montante correspondente a 100% do Lucro Acumulado descontado do Fluxo de Caixa Disponível, desde que estes dividendos não ultrapassem o Fluxo de Caixa Disponível, ressaltando que tal distribuição não poderá descumprir as regras de subcapitalização brasileiras (Art. 24 da Lei nº 12.249, de 11.06.2010) ou exceder o valor legalmente permitido para distribuição. Assim, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não tem necessidade de constituir um passivo para dividendo mínimo obrigatório. • Conforme a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, os juros sobre o capital próprio distribuídos aos acionistas, relativo ao ano-calendário de 2021, foram calculados com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo - TJLP. Em atendimento à legislação fiscal, os juros sobre o capital próprio, foram tratados como despesa financeira (dedutíveis na apuração do Lucro Real). No entanto, para efeito dessas demonstrações financeiras, os juros sobre o capital próprio são apresentados como distribuição dos lucros de períodos anteriores ainda existentes, portanto, reclassificados para o patrimônio líquido, pelo valor bruto, como um passivo, uma vez que os benefícios fiscais por eles gerados são mantidos no resultado do exercício. • Após a observância de todas as previsões legais, o restante terá a destinação que lhe for determinada pela Assembleia Geral, de acordo com os termos da legislação aplicável.

**21. FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS**  
A rubrica da demonstração do resultado - fornecimentos e serviços externos apresentava a seguinte composição:

Unid: milhares de R\$	2021		2020	
	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
<b>Fornecimentos e serviços externos</b>	<b>527.418</b>	<b>348.369</b>	<b>169.131</b>	<b>60.160</b>
Custos de exploração petrolífera	169.131	60.160	-	169.131
Outros serviços prestados por terceiros - PF	162.413	107.841	-	162.413
Seguros diversos	160.537	144.379	-	160.537
Passagens aéreas e hospedagens	1.762	1.569	-	1.762
Aluguéis e condomínios	504	573	-	504
Comunicações	1.623	2.008	-	1.623
Conservação e reparação	263	279	-	263
Projetos sociais patrocinados	5.195	1.213	-	5.195
Limpeza e higiene das instalações	166	170	-	166
Energia elétrica	235	227	-	235
Combustíveis	32	62	-	32
Material escritório	160	134	-	160
Outros	25.398	29.752	-	25.398

O montante de R\$ 169.131 (2020 - R\$ 60.160) referente a custos de exploração petrolífera diz respeito a dispêndios incorridos na fase de exploração, ou seja, dispêndios relacionados com estudos de geologia e geofísica e gastos gerais administrativos, bem como estes últimos que transitarão da fase de exploração para a fase de desenvolvimento. O montante de R\$ 162.413 (2020 - R\$ 107.841) referente a Outros Serviços prestados por terceiros, inclui o montante de R\$ 128.085 (2020 - R\$ 75.126) relativos aos custos de investigação & Desenvolvimento conforme o contrato de concessão.

**22. RECEITA LÍQUIDA DAS VENDAS E CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS**  
No exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a composição do lucro bruto é como se demonstra a seguir:

**9. INTANGÍVEL**  
Durante o exercício de 2021, o movimento ocorrido nas rubricas de intangível foi o seguinte:

Unid: milhares de R\$	Direitos sobre recursos naturais - Concessões						Total de Ativos Fixos Intangíveis
	Software	Intangível em curso	Bacia Santos	Bacia Potiguar	Bacia Sergipe-Alagoas	Bacia Campos	
<b>Saldo bruto em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>15.694</b>	<b>702</b>	<b>1.849.391</b>	<b>4.859</b>	<b>691</b>	<b>142.494</b>	<b>2.013.830</b>
Adições	-	234	463.435	-	-	-	463.669
Baixas do exercício e provisões para perdas	-	-	-	(2.688)	(743)	-	(3.431)
Regularizações e outros ajustamentos	-	-	-	280	(2.532)	-	(2.252)
Conversão cambial	1.161	52	136.584	361	52	10.524	148.734
<b>Saldo bruto em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>16.855</b>	<b>987</b>	<b>2.449.690</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>153.018</b>	<b>2.620.550</b>
<b>Amortização acumulada</b>	<b>(14.041)</b>	<b>-</b>	<b>(1.226)</b>	<b>(2.609)</b>	<b>(525)</b>	<b>-</b>	<b>(18.399)</b>
Despesa de amortização	(806)	-	(128)	(20)	(565)	-	(953)
Abates/venda	-	-	-	2.554	-	-	3.119
Regularizações	-	-	-	267	-	-	267
Conversão cambial	(1.064)	-	(94)	(192)	(40)	-	(1.390)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>(15.911)</b>	<b>-</b>	<b>(1.448)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(17.360)</b>
<b>Saldo líquido em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>944</b>	<b>987</b>	<b>2.448.242</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>153.018</b>	<b>2.603.190</b>
<b>Saldo líquido em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>1.653</b>	<b>702</b>	<b>1.848.165</b>	<b>2.250</b>	<b>166</b>	<b>142.494</b>	<b>1.995.432</b>

Durante o exercício de 2020, o movimento ocorrido nas rubricas de intangível foi o seguinte:

Unid: milhares de R\$	Direitos sobre recursos naturais - Concessões						Total de Ativos Fixos Intangíveis
	Software	Intangível em curso	Bacia Santos	Bacia Potiguar	Bacia Sergipe-Alagoas	Bacia Campos	
<b>Saldo bruto em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>12.141</b>	<b>98</b>	<b>1.429.762</b>	<b>6.725</b>	<b>1.110</b>	<b>110.220</b>	<b>1.560.980</b>
Adições	-	577	805	-	-	-	1.377
Baixas do exercício e provisões para perdas	-	-	-	(3.305)	(743)	(1.195)	(5.243)
Regularizações e outros ajustamentos	-	-	-	166	(57)	-	(3.986)
Conversão cambial	3.553	27	418.657	969	324	32.274	457.080
<b>Saldo bruto em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>15.694</b>	<b>702</b>	<b>1.849.391</b>	<b>4.859</b>	<b>691</b>	<b>142.494</b>	<b>2.013.830</b>
<b>Amortização acumulada</b>	<b>(10.085)</b>	<b>-</b>	<b>(828)</b>	<b>(1.974)</b>	<b>(786)</b>	<b>-</b>	<b>(13.673)</b>
Despesa de amortização	(1.003)	-	(156)	(57)	(73)	-	(1.289)
Abates/venda	-	-	-	578	-	-	566
Conversão cambial	(2.954)	-	(243)	(578)	(233)	-	(3.998)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>(14.041)</b>	<b>-</b>	<b>(1.226)</b>	<b>(2.609)</b>	<b>(525)</b>	<b>-</b>	<b>(18.399)</b>
<b>Saldo líquido em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>1.653</b>	<b>702</b>	<b>1.848.165</b>	<b>2.250</b>	<b>166</b>	<b>142.494</b>	<b>1.995.432</b>
<b>Saldo líquido em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>2.056</b>	<b>98</b>	<b>1.428.933</b>	<b>4.752</b>	<b>324</b>	<b>110.220</b>	<b>1.547.307</b>

O montante constante na rubrica Direitos sobre recursos naturais - Concessões, refere-se ao custo da parcela da participação da Companhia nos consórcios adquiridos para a pesquisa, desenvolvimento e produção do petróleo e gás natural em sete blocos de potencial petrolífero, sendo seis localizados na bacía de Santos e um na bacía de Campos em 31 de dezembro de 2021. O montante de R\$ 463.435 constante na rubrica Direitos sobre recursos naturais - Bacía Santos, refere-se aos pagamentos contingentes, vinculados a condições precedentes cumpridas durante o exercício de 2021, relacionados ao aumento da participação da Companhia no bloco BM-S-8, ocorridos nos exercícios de 2018 e 2019.

**10. DIREITOS DE USO**  
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os direitos de uso e responsabilidade por locações são detalhados como se segue:

Unid: milhares de R\$	2021		2020	
	Outros direitos	FPSO Edifícios de uso	Total	Total
Em 31 de dezembro de 2021				
Custo	4.405.957	39.637	4.445.595	4.062.437
Amortização acumulada	(934.567)	(9.097)	(943.664)	(584.842)
Valor líquido	3.471.390	30.540	3.477.598	3.477.598
<b>Saldo a 1 de janeiro</b>	<b>3.446.259</b>	<b>31.336</b>	<b>3.477.597</b>	<b>2.991.175</b>
Adições	283.637	-	283.637	135
Amortizações	(262.716)	(3.007)	(265.723)	(286.156)
Efeitos da variação cambial e outros ajustamentos	104.211	2.211	106.422	852.443
<b>Saldo a 31 de dezembro</b>	<b>3.471.390</b>	<b>30.540</b>	<b>3.477.598</b>	<b>3.477.597</b>

As responsabilidades com locações são como segue:

Unid: milhares de R\$	2021		2020	
	2021	2020	2021	2020
<b>Análise de maturidade - cash flows contratuais não descontados</b>	<b>6.882.845</b>	<b>6.595.339</b>	<b>6.882.845</b>	<b>6.595.339</b>
Inferior a um ano	530.284	485.839	530.284	485.839
Um a cinco anos	2.121.026	1.943.271	2.121.026	1.943.271
Mais de cinco anos	4.231.534	4.166.229	4.231.534	4.166.229

**Responsabilidades por locações no balanço (valores descontados)**

Unid: milhares de R\$		Unid: milhares de R\$		Unid: milhares de R\$																																																																																																													
	2021	2020		2021	2020																																																																																																												
Receita bruta de vendas	14.432.613	8.041.178	Fiscais	860.124	783.148																																																																																																												
Impostos incidentes sobre as vendas	(99.715)	(91.140)	Trabalhistas	852.898	783.148																																																																																																												
<b>Receitas líquidas das vendas</b>	<b>14.332.897</b>	<b>7.950.089</b>		7.226	-																																																																																																												
Receita bruta de serviços	3.206	1.022	Não foram constituídas provisões para contingências fiscais e trabalhistas avaliadas como possível. A composição do saldo de contingências fiscais é conforme a seguir: 1) Incidência de Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE e PIS/COFINS-importação sobre as remessas para pagamentos de fretamentos de embarcações. (R\$ 788.296 - 2021 e R\$ 840.897 - 2020); 2) Pedidos de compensação de tributos federais não homologados pela Receita Federal. (R\$ 45.972 - 2021); 3) Questionamento pela RFB do momento de disponibilização dos valores de JCP para fins de incidência do IRRF para o ano-calendário de 2017. (R\$ 10.352 - 2021); 4) Processos diversos de natureza fiscal (R\$ 8.278 - 2021).																																																																																																														
Impostos incidentes sobre os serviços	(457)	(145)	<b>26. GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO</b>																																																																																																														
<b>Receitas líquidas de serviços</b>	<b>2.749</b>	<b>877</b>	<b>Risco da moeda:</b> A Companhia está sujeita ao risco de moeda nas operações negociadas em uma moeda diferente da sua moeda funcional (USD). A Companhia não se utiliza de instrumentos financeiros para se proteger do risco de moeda, tais como a contratação de operações de hedge, devido a sua administração entender que esse risco não é significativo. A administração da Companhia adota o procedimento de avaliar periodicamente as flutuações nas taxas de câmbio, visando minimizar eventuais riscos. Com relação aos ativos e passivos monetários denominados em moeda diferente da moeda funcional (USD), a Companhia garante que sua exposição líquida é mantida a um nível aceitável. A exposição da Companhia ao risco da moeda estrangeira foi a seguinte:																																																																																																														
Custos gerais de produção	(1.218.498)	(1.251.322)	<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Unid: milhares de R\$</th> <th>2021</th> <th>2020</th> </tr> <tr> <th></th> <th></th> <th>2021</th> <th>2020</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Disponibilidades</td> <td></td> <td>322.630</td> <td>322.897</td> </tr> <tr> <td>Contas a receber</td> <td></td> <td>1.105.799</td> <td>533.677</td> </tr> <tr> <td>Adiantamentos a fornecedores</td> <td></td> <td>112</td> <td>904</td> </tr> <tr> <td>Vendas a faturar</td> <td></td> <td>-</td> <td>36.891</td> </tr> <tr> <td>Outros créditos</td> <td></td> <td>603</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td><b>Ativo não circulante:</b></td> <td></td> <td>-</td> <td>2.765</td> </tr> <tr> <td>Contas a receber</td> <td></td> <td>-</td> <td>2.765</td> </tr> <tr> <td><b>Passivo circulante:</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Fornecedores</td> <td></td> <td>247.516</td> <td>(91.114)</td> </tr> <tr> <td>CPC 6 (R2)</td> <td></td> <td>507.032</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Obrigações trabalhistas</td> <td></td> <td>1.958</td> <td>(5.186)</td> </tr> <tr> <td>Obrigações tributárias</td> <td></td> <td>69</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Provisões de serviços</td> <td></td> <td>141.122</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Juros a pagar</td> <td></td> <td>125.556</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Outros credores</td> <td></td> <td>394</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td><b>Passivo não circulante:</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Empréstimos e financiamentos</td> <td></td> <td>5.329.378</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>CPC 6 (R2)</td> <td></td> <td>3.583.368</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Outros contas a pagar</td> <td></td> <td>15.548</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Provisões de abandono</td> <td></td> <td>2.158.816</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td colspan="4">As seguintes taxas de câmbio foram aplicadas durante o ano:</td> </tr> <tr> <td colspan="2"></td> <td>2021</td> <td>2020</td> </tr> <tr> <td colspan="2"><b>Taxas de câmbio - USD:</b></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Taxa Spot</td> <td></td> <td>5,58050</td> <td>5,19670</td> </tr> <tr> <td>Taxa média</td> <td></td> <td>5,39556</td> <td>5,15777</td> </tr> </tbody> </table>			Unid: milhares de R\$		2021	2020			2021	2020	Disponibilidades		322.630	322.897	Contas a receber		1.105.799	533.677	Adiantamentos a fornecedores		112	904	Vendas a faturar		-	36.891	Outros créditos		603	-	<b>Ativo não circulante:</b>		-	2.765	Contas a receber		-	2.765	<b>Passivo circulante:</b>				Fornecedores		247.516	(91.114)	CPC 6 (R2)		507.032	-	Obrigações trabalhistas		1.958	(5.186)	Obrigações tributárias		69	-	Provisões de serviços		141.122	-	Juros a pagar		125.556	-	Outros credores		394	-	<b>Passivo não circulante:</b>				Empréstimos e financiamentos		5.329.378	-	CPC 6 (R2)		3.583.368	-	Outros contas a pagar		15.548	-	Provisões de abandono		2.158.816	-	As seguintes taxas de câmbio foram aplicadas durante o ano:						2021	2020	<b>Taxas de câmbio - USD:</b>				Taxa Spot		5,58050	5,19670	Taxa média		5,39556	5,15777
Unid: milhares de R\$		2021	2020																																																																																																														
		2021	2020																																																																																																														
Disponibilidades		322.630	322.897																																																																																																														
Contas a receber		1.105.799	533.677																																																																																																														
Adiantamentos a fornecedores		112	904																																																																																																														
Vendas a faturar		-	36.891																																																																																																														
Outros créditos		603	-																																																																																																														
<b>Ativo não circulante:</b>		-	2.765																																																																																																														
Contas a receber		-	2.765																																																																																																														
<b>Passivo circulante:</b>																																																																																																																	
Fornecedores		247.516	(91.114)																																																																																																														
CPC 6 (R2)		507.032	-																																																																																																														
Obrigações trabalhistas		1.958	(5.186)																																																																																																														
Obrigações tributárias		69	-																																																																																																														
Provisões de serviços		141.122	-																																																																																																														
Juros a pagar		125.556	-																																																																																																														
Outros credores		394	-																																																																																																														
<b>Passivo não circulante:</b>																																																																																																																	
Empréstimos e financiamentos		5.329.378	-																																																																																																														
CPC 6 (R2)		3.583.368	-																																																																																																														
Outros contas a pagar		15.548	-																																																																																																														
Provisões de abandono		2.158.816	-																																																																																																														
As seguintes taxas de câmbio foram aplicadas durante o ano:																																																																																																																	
		2021	2020																																																																																																														
<b>Taxas de câmbio - USD:</b>																																																																																																																	
Taxa Spot		5,58050	5,19670																																																																																																														
Taxa média		5,39556	5,15777																																																																																																														
<p><b>Análise de sensibilidade de variações nas taxas de câmbio:</b> Uma desvalorização do Real, como indicado abaixo, contra USD em 31 de dezembro, teria (reduzido) o patrimônio e o resultado de acordo com os montantes demonstrados abaixo. Esta análise é baseada na variação da taxa de câmbio de moeda estrangeira que a Administração da Companhia considerou ser razoavelmente possível ao final do período de relatório. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, são mantidas constantes. A análise é conduzida com a mesma base de 2020, apesar da variação razoavelmente possível da taxa de câmbio de moeda estrangeira ser diferente, como indicado abaixo.</p>			<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Unid: milhares de R\$</th> <th>2021</th> <th>2020</th> </tr> <tr> <th></th> <th></th> <th>2021</th> <th>2020</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td colspan="4"><b>Variação de 5% - Ganho (perda)</b></td> </tr> <tr> <td colspan="2"></td> <td>676.995</td> <td>16.041</td> </tr> </tbody> </table>			Unid: milhares de R\$		2021	2020			2021	2020	<b>Variação de 5% - Ganho (perda)</b>						676.995	16.041																																																																																												
Unid: milhares de R\$		2021	2020																																																																																																														
		2021	2020																																																																																																														
<b>Variação de 5% - Ganho (perda)</b>																																																																																																																	
		676.995	16.041																																																																																																														
<p><b>27. RECONCILIAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PELO MÉTODO DIRETO VERSUS INDIRETO</b> A demonstração dos fluxos de caixa pelo método indireto para o exercício de 2021 e 2020 apresenta a seguinte composição:</p>																																																																																																																	
Unid: milhares de R\$		2021	2020																																																																																																														
<b>Fluxos das atividades operacionais (Prejuízo)/Lucro líquido do exercício</b>		<b>2.861.726</b>	<b>(244.980)</b>																																																																																																														
<b>Ajustes para conciliar prejuízos operacionais com o caixa usado nas atividades operacionais:</b>																																																																																																																	
<b>Redução da provisão para contingências</b>																																																																																																																	
Depreciação e amortização		2.546.174	2.457.837																																																																																																														
Ativo permanente baixado		-	15																																																																																																														
Provisão para custos de abandono dos blocos		114.125	5.615																																																																																																														
Equivalência patrimonial		102	108																																																																																																														
Variações monetárias e juros do exigível a longo prazo		125.556	138.295																																																																																																														
Outros fluxos de atividade diretos operacionais		930.944	420.866																																																																																																														
Ajustamento conversão cambial		30.517	19.293																																																																																																														
<b>Variações do ativo e passivo circulante e não circulante:</b>																																																																																																																	
Clientes		856.447	(168.274)																																																																																																														
Adiantamentos		(574)	(322)																																																																																																														
Estoque		(714.993)	(335.463)																																																																																																														
Despesas antecipadas		(34.048)	1.538																																																																																																														
Depósitos judiciais		213.432	95.552																																																																																																														
Fornecedores		75.684	91.114																																																																																																														
Contas a pagar a operador dos consórcios - blocos não operados		416.538	199.366																																																																																																														
Contas a receber da consorciada		10.143	10.648																																																																																																														
Contas a pagar a partes relacionadas		(1.101.869)	318.251																																																																																																														
Tributos a recuperar		89.164	148.002																																																																																																														
Obrigações tributárias		1.130.210	435.863																																																																																																														
Outras obrigações		152.967	578.159																																																																																																														
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		<b>7.702.245</b>	<b>4.171.484</b>																																																																																																														
<b>28. COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADA)</b>																																																																																																																	
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia possuía cobertura de seguros em suas operações de exploração e produção de petróleo cru e gás, contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado, por valores considerados suficientes para cobrir eventuais perdas.																																																																																																																	
<b>29. CLASSIFICAÇÃO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS</b>																																																																																																																	
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia possui instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado relativos a ativos e passivos financeiros, respectivamente, equivalentes de caixa (incluindo aplicações financeiras) e empréstimos e financiamentos com partes relacionadas. Ambos estão mensurados de acordo com o Nível 2 da hierarquia do valor justo e não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Para mais detalhe, referimos às notas explicativas 4 e 16.2, respectivamente.																																																																																																																	
<b>30. EVENTOS SUBSEQUENTES</b>																																																																																																																	
Não ocorreu qualquer evento subsequente após 31 de dezembro de 2021 com impacto relevante nas demonstrações financeiras anexas.																																																																																																																	
<b>31. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b>																																																																																																																	
A Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações financeiras em 15 de março de 2022, nas quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem ter efeito sobre estas demonstrações financeiras, quando requeridos.																																																																																																																	
<b>CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>			<b>DIRETORIA EXECUTIVA</b>																																																																																																														
Thore Ernst Kristiansen (Presidente do Conselho de Adm) Filipe Quintin Crisóstomo Silva Rodrigo Carvalho Nogueira Villanova Zhao Quanmin Liu Renjing			Mauro Coutinho Fernandes - Diretor de Operações Wu Chengliang - Diretor Financeiro Daniel Jorge Rio Duarte Elias - Diretor Presidente																																																																																																														
Daniel Jorge Rio Duarte Elias Diretor Presidente CPF: 055.948.887-48		Chengliang Wu Diretor Financeiro CPF: 063.547.677-00		Mauro Coutinho Fernandes Diretor de Operações CPF: 470.467.407-04																																																																																																													
Marcelo Vinicius de Souza Contador: CRC/RJ 1RJ-094628/O-7 CPF: 011.891.847-88																																																																																																																	
<b>RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b>																																																																																																																	
<p>Aos administradores e acionistas da <b>Petrogal Brasil S.A. Opinião:</b> Examinamos as demonstrações financeiras da Petrogal Brasil S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.</p> <p><b>Base para opinião:</b> Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.</p> <p><b>Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:</b> A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.</p> <p><b>Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:</b> Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos a nós mesmos e aos responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.</p> <p>Rio de Janeiro, 15 de março de 2022.</p>																																																																																																																	
<p><b>EY</b> ERNST &amp; YOUNG Auditores Independentes S.S. CRC-2SP015199/O-6 Ricardo Gomes Leite Contador CRC-1RJ107146/O-1</p>																																																																																																																	

